



# **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA**

**Belo Horizonte**

**2011**

**JOILMA OLIVEIRA NASCIMENTO**

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA  
NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Marielle Morais de Oliveira

**Belo Horizonte**

**2011**

JOILMA OLIVEIRA NASCIMENTO

## **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Jacqueline Laranjo (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho aos meus amados filhos, Luiz Fernando, Leandra Paula e Pedro Guilherme que são a razão da minha luta constante, aos meus pais e ao meu querido esposo Elton que sempre me apoiou nos estudos e que contribuiu para que eu chegasse até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente quero agradecer a Deus, pelos dons recebidos.

Agradeço aos meus pais e meus filhos, pelo amor incondicional.

Ao meu esposo que muito contribuiu para que eu realizasse meus estudos.

Aos professores pelos conhecimentos adquiridos, em especial ao Prof. Daniel Handan Triginelli, que muito contribuiu para meu crescimento no decorrer do curso.

A orientadora Prof<sup>a</sup> Marielle Morais de Oliveira, que muito ajudou na elaboração deste trabalho.

E finalmente aos colegas de curso pela convivência e trocas, em especial as colegas de grupo da elaboração do Projeto Político Pedagógico.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

## RESUMO

O objetivo deste estudo é refletir sobre Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico e as contribuições que uma Avaliação Institucional pode trazer para a melhoria dos índices das escolas de Educação Básica. Avaliação Institucional proposta neste estudo pretende constituir-se em elemento alternativo e constitutivo de uma gestão democrática. Ao abordar os temas acima citados com enfoque principal na construção coletiva de uma avaliação institucional, como instrumento de democratização da escola e sua inserção no Projeto Político Pedagógico da escola, visando à formulação de subsídios e elementos de tomadas de decisões para melhoria da qualidade de ensino da instituição escolar, consolidando assim o direito do exercício de cidadania inerente a todos os envolvidos na educação, que deve ter papel fundamental na formação dos indivíduos participativos e atuantes que a nossa atual sociedade requer. A pesquisa de caráter qualitativo buscou na análise documental e bibliográfica e por observações feitas em uma Escola Municipal localizada na zona periférica do Município de Montes Claros/MG.

**Palavras-chave:** Avaliação Institucional; Gestão Democrática; Projeto Político Pedagógico.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>12</b>
	2.1 A Gestão Democrática na Escola .....	12
	2.2 O Projeto Político Pedagógico Instrumento de Democracia....	13
	2.3 Avaliação Institucional .....	15
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>ANEXO</b>	<b>27</b>
	Projeto Político Pedagógico.....	28



## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta reflexões a respeito das contribuições da Avaliação Institucional para a melhoria dos índices das escolas de Educação Básica, a partir de um processo de Gestão Democrática.

Para este entendimento, é necessário abordar temas como a Gestão Democrática na Escola, o Projeto-Político-Pedagógico enquanto instrumento de direcionamento escolar e as Políticas de Avaliação Institucional.

O enfoque principal deste estudo visa melhorar a prática avaliativa institucional, não só focando nos resultados de avaliações sistêmicas externas, mas também nas avaliações internas que os segmentos da comunidade escolar fazem da unidade de ensino, inserindo em seu Projeto Político Pedagógico a formulação de subsídios ou elementos de tomadas de decisões para melhoria da qualidade da instituição escolar assegurando a democratização da educação.

A base teórica perpassa os estudos de DIAS SOBRINHO, (1995), VASCONCELOS, (1988), GADDOTTI, (1999), SAUL, (1988), LUCK, (2006), a LEI nº 9.394\96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a LEI nº 3.176, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 que dispõe sobre o Estatuto, o Plano de Cargos e a Remuneração do Magistério do Município de Montes Claros.

Este estudo investigativo e crítico serão realizados a partir de pesquisa bibliográfica, documental e por observações feitas em uma Escola Municipal do Município de Montes Claros/MG.

Investigar sobre a questão da inserção da Avaliação Institucional significa considerar a Gestão Democrática e suas repercussões éticas e políticas, como fundamentais à vida das instituições escolares. Pois, na sociedade atual na qual estamos inseridos, não cabe mais uma gestão autoritária, que não passe pelo processo de avaliação, que não reveja seus conceitos e parâmetros, com a participação de todos os envolvidos na educação: gestores, professores, demais funcionários, alunos, pais, comunidade escolar, estrutura escolar, sua organização e seu funcionamento.

Essa sociedade contemporânea requer um processo avaliativo elaborado de forma coletiva, firmada no Projeto Político Pedagógico, que tenha como ponto fundamental servir como base norteadora da instituição educacional, para viabilizar a busca, a superação e a quebra das tradições de autoritarismo, colaborando com uma gestão democrática, onde todos são responsáveis pelos processos educacionais.

A Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no artigo 14 fala da questão da gestão da educação, ao determinar os princípios que devem reger o ensino, um desses princípios (no princípio II) trata sobre a gestão democrática:

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No artigo citado da referida lei define que os sistemas de ensino devem estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica e que essas normas devem, primeiro, estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema além de garantir a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar em Conselhos Escolares ou equivalentes.

A lei nº 9.394/96 também estabelece a participação dos/as envolvidos/as e interessados/as no processo de avaliação ao expandir os estratos decisórios tradicionais, chegando à comunidade escolar.

Participação que assume características propositivas (Inciso I) de acompanhamento e (Inciso II) de controle, que podem ser evidenciados pela

participação em fóruns como os Conselhos de Escola e em processos de avaliação.

No Artigo 12, nos Incisos VI e VII evidenciam, ainda, a diretriz do aprofundamento das relações com a sociedade. Ou seja, da importância e dever da comunidade em participar efetivamente na comunidade escolar que faz parte, participação esta com caráter decisório, de acompanhamento e controle em processos avaliativos escolares.

Devemos então, embasados na lei, buscar ferramentas de avaliações internas com os objetivos de autoconhecimento e de subsídios para tomadas de decisões.

Uma escola que busca o autoconhecimento é capaz de identificar os pontos fortes e os pontos fracos, as vantagens ou potencialidades e as dificuldades, o que está dando certo e onde é preciso fazer intervenções para melhorar. Como afirma a autora Saul (1988, p.48-55)

A avaliação realizada durante o processo permite que se revejam rumos e/ou se alterem procedimentos ainda durante sua realização, ao passo que a avaliação final se presta para aferir resultados e ordenar novos processos. Um e outro procedimento avaliativo são de fundamental importância para o desenvolvimento do que se pretende e se caminham na direção do aprofundamento da assunção dos rumos pelos/as envolvidos/as, se terá uma avaliação com características emancipatórias.

Em uma Avaliação Institucional é possível analisar como os diversos segmentos da comunidade escolar estão trabalhando, observar as várias questões como: o funcionamento, a estrutura, a organização, e acima de tudo, a construção do conhecimento dos educandos.

A avaliação que a comunidade faz da escola, a auto-avaliação dos próprios funcionários, é um instrumento democrático, onde todos os envolvidos com a educação têm a oportunidade de rever atitudes, tomadas de decisões, aprimorando os pontos fortes, buscando soluções para os pontos fracos, resgatando valores e revendo conceitos, de toda equipe escolar.

A maior finalidade da Avaliação Institucional é obter um ensino que cada vez mais traduza, com clareza, seus compromissos com a sociedade brasileira e

que não só os discentes sejam avaliados, mas principalmente toda comunidade escolar. Como afirma o autor Falcão:

Entende-se por Avaliação Institucional, aquela em que o processo de avaliação é inserida em escolas públicas e privadas para avaliar, estas instituições com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino. A educação brasileira não dispunha de uma metodologia que nos permitisse avaliar, de forma sistemática, a qualidade das ações dos educadores e da escola. (FALCÃO, p.313).

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. A Gestão Democrática na Escola

O grande desafio da atualidade contemporânea é desenvolver a qualificação e o potencial das pessoas para obter maior comprometimento com os resultados desejados. Para que alcancemos uma educação de qualidade não bastam somente políticas públicas, leis que determinam o que é dever do Estado e da Família e direito de todos numa educação de qualidade, necessitamos é de mais comprometimento de todos. É também dever do Estado desenvolver políticas públicas para que esses direitos se efetivem.

Parte-se do princípio de que os direitos só se efetivam quando a sociedade civil os exige e, para que isto aconteça, o primeiro passo é conhecê-los e saber quando e onde reivindicá-los. Mas além da efetivação das leis, a qualidade de ensino implica em processo de mudanças em todos os âmbitos, é preciso mudanças de posturas de todos os envolvidos na educação, é preciso criar um Projeto Político Pedagógico com a participação efetiva de todos os envolvidos na educação: pais, alunos, gestor, professores e demais funcionários das escolas, mas que esse não seja criado somente como mais uma obrigação a ser feita e sim como algo viável de ser realizado, de interesse de todos em executá-lo.

É de suma importância uma gestão democrática onde todos sintam responsáveis e cumpram suas atribuições com a educação. Nas comunidades escolares uma das atribuições do gestor é zelar pela elaboração e garantir a participação de toda comunidade escolar no projeto pedagógico que é uma tarefa coletiva do corpo docente liderado pelo gestor e se volta para obtenção de uma educação de qualidade.

É preciso uma sensibilização urgente, para que todos se sintam responsáveis pela educação, que pais, alunos, professores e gestores lutem por condições favoráveis ao aprendizado, que busquem juntos a melhor forma de

diminuir as diferenças sociais que estão implícitas no acesso ao ensino de qualidade.

É necessário um maior envolvimento da comunidade escolar na elaboração dos instrumentos de planejamento utilizados na escola, onde o cidadão participa como pai, funcionário, aluno ou como membro da sociedade envolvido com a educação.

A viabilização da democracia é obtida a partir de uma escola autônoma para a descentralização de recursos e resolução de problemas, que só a comunidade na qual a escola está inserida sabe quais são suas prioridades e reais necessidades, buscando ter a escola que desejam, de forma a utilizar de suas forças sociais para o desencadeamento de um processo de valorização da instituição de seu poder de decisão coletiva.

Garantir a autonomia das unidades escolares e assegurar sua interação com o meio social é viabilizar uma educação de qualidade.

Como salienta Documento em aberto do INEP (2000, p.75)

O grande desafio da educação brasileira é, portanto, lidarmos com toda a complexidade e envolvimento que a educação exige. O professor que se envolve, que se responsabiliza, é aquele que pode fazer uma diferença, mas esta é a nossa luta constante como educadores, e o grande desafio das diretoras de escola municipal: como envolver os professores, como trabalhar com esperança, como acreditar nas pequenas mudanças e nos efeitos, às vezes, individuais e não perceptível como resultado do trabalho docente, da ação educativa.

## **2.2. Projeto Político Pedagógico Instrumento de Democratização da Escola**

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Na construção do PPP (Projeto Político-Pedagógico) devemos retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social.

O PPP deve ser construído assentado em bases democrático-participativas.

O processo de construção e implementação do PPP não pode prescindir da participação dos professores, supervisores, diretores e demais funcionários da escola, bem como da comunidade escolar como um todo.

O estabelecimento de finalidades educativas mais compatíveis com os interesses do mercado e do mundo do trabalho; a requisição de habilidades e competências que tornem os trabalhadores mais flexíveis e polivalentes para a vida profissional; a implementação de práticas docentes e escolares mais compatíveis com a chamada sociedade do conhecimento e da informação e as mudanças nas atitudes, no comportamento e, sobretudo, no trabalho docente, que tem por base objetivos e ações externamente delineadas, são algumas dos requisitos exigidos da escola atual que a nossa sociedade tanto requer.

Para Dourado (2006, p.92) “A elaboração do projeto político pedagógico implica um repensar constante no dia a dia da escola, seus processos-culturais e a forma como ela se encontra estruturada”.

Desta forma presumimos que o PPP é um documento que deverá ser elaborado, executado, revisado, coletivamente, por toda a comunidade escolar.

O PPP deve representar o corpo e a alma da escola, o que ela é, o que a caracteriza e o que orienta a sua ação educativa. O projeto pedagógico deve mostrar a estrutura organizacional, como também expressar a finalidade da produção do trabalho escolar. De acordo com estudos feitos na área de política e gestão escolar, os professores e os gestores reconhecem a importância do PPP no trabalho pedagógico e na escola como um todo. Gadotti (1994, p.3) observa que:

Fazer um projeto significa lançar-se para frente, antever o futuro. O projeto é, pois, um planejamento em longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa.

O PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola.

Diante dos expostos acima, cientes da importância de uma gestão verdadeiramente democrática, na construção de subsídios que promovam a democracia, com a efetiva participação da comunidade escolar, e que é possível

pensar em uma avaliação institucional escolar, como instrumento de democratização da escola que atende a sociedade atual.

### **2.3. Avaliação Institucional**

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico de uma Escola Municipal, situada em um bairro periférico na zona urbana da cidade de Montes Claros/MG foi possível observar que mesmo sendo feito de forma democrática com a participação de diversos segmentos da comunidade escolar, há uma lacuna no quesito avaliação institucional. Esta avaliação no Projeto Político Pedagógico somente é verificável através da avaliação dos discentes, por meio de avaliações internas e externas.

Na escola em questão os funcionários efetivos somente são avaliados para fins de estágio probatório ao ingressar no Sistema Municipal verificável no Cap.1 no art. 21 da LEI Nº 3.176, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 ou para aquisição de Progressão a cada biênio (Cada progressão corresponderá a 3% (três por cento), calculados sobre o menor vencimento básico do quadro) no capítulo IV no art. 91 parágrafo único da referida lei.

Os funcionários contratados são avaliados através de uma avaliação de desempenho ao término do contrato para fins de averiguações de competência técnica, prática e teórica, mas somente ao finalizar o ano, o que sobre o prisma de uma gestão democrática não pode proceder, pois: “Se a avaliação aspira ser parte da mudança, ela não deve converter-se apenas em instrumento metodológico e processo institucional ao final de uma etapa para atender exigências externas.” (CARVALHO & PORFIRO, 2001, p.19).

Diante da perspectiva acima, ciente que uma escola verdadeiramente democrática busca por meio da efetiva construção participativa de um Projeto Político Pedagógico, deva analisar todos os seus seguimentos para, de forma sistemática, solucionar os entraves que vão surgindo ao longo do percurso, viabilizando sempre uma educação de qualidade fazendo valer a democracia e exercício de cidadania.



No âmbito de avaliação dos discentes percebem-se diversos instrumentos avaliativos, tanto internos, como avaliações periódicas elaboradas por professores e setor pedagógico, quanto externos, como avaliações do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), SAME (Sistema de Avaliação Municipal de Ensino) SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública), entre outros.

No que se refere à educação básica, tem-se como proposta de avaliação o SAEB, que objetiva conhecer a realidade da escola pública brasileira a partir de exames de proficiência em Matemática e em Língua Portuguesa, as outras com o mesmo objetivo, porém uma voltada para identificar os índices do Estado e outra a do Município, todas com o mesmo objetivo de analisar o desempenho do discente.

A avaliação Institucional aqui proposta entende-se por instrumento inserido nas escolas públicas e privadas com o objetivo de analisar, verificar e conseqüentemente elevar o índice de qualidade de ensino, mas para que isso aconteça é preciso o envolvimento de toda comunidade escolar e não somente o aluno.

Porém ao falar de avaliação institucional percebe que somente o discente é avaliado como SOUSA (1999, p.1) afirma:

No entanto, tradicionalmente, a avaliação que se realiza de modo sistemático na escola é a direcionada para o aluno, sem que os resultados dessa avaliação sejam referenciados ao contexto em que são produzidos. Ou seja, o fracasso ou o sucesso escolar dos alunos tendem a ser interpretados em uma dimensão individual, não sendo tratados como expressão do próprio sucesso ou fracasso da escola.

Desenvolver e elaborar análises sobre a avaliação institucional na educação básica leva à reflexão sobre o aperfeiçoamento dos espaços educacionais. A avaliação pode fornecer dados importantes para a construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola, servindo ambos, para uma melhor definição da identidade, autonomia, missão e objetivos institucionais, a partir de princípios democráticos e participativos.

Libâneo (2004, p.235) afirma que a "avaliação diz respeito a um conjunto de ações voltadas para o estudo sistemático de um fenômeno, uma situação, um processo, um evento, uma pessoa visando a emitir um juízo de valor".

Neste aspecto, a avaliação propõe a coleta de informações, tendo diversos e diferentes meios de verificação dos aspectos avaliados para, com base nos juízos de valor, tomar decisões.

Em uma proposta de gestão democrática a avaliação deve ser baseada na participação da comunidade escolar.

Para Luck (2006, p.35-36), a gestão educacional se define da seguinte forma:

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos político pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia, com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados).

A partir desta constatação nota-se a importância de que em uma gestão democrática deve haver a avaliação dos vários integrantes da escola, dos vários componentes e das diversas dimensões do trabalho escolar, que sempre ocorreram de modo informal. Por exemplo: os professores devem ser avaliados pelos alunos, por seus pares, pelos técnicos, pelos dirigentes da escola e pelos pais.

O diretor e outros profissionais também devem ser avaliados pelos alunos, pelos professores, pais, colegiados e conselhos escolares; a infra-estrutura disponível deve ser sempre analisada como fator que facilita ou dificulta o desenvolvimento das atividades; o currículo; as relações de trabalho e de poder devem ser analisadas quanto ao seu papel de promover ou não um clima favorável e agradável no contexto escolar.

Desta forma o que deve ser avaliado não é somente o discente, mas toda a comunidade escolar, despertando a atenção para a importância das condições

físicas, materiais e da postura dos membros da instituição. Além disso, a ação docente e o desempenho dos estudantes são norteadores importantes para compreender o processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é dividida entre toda comunidade escolar: gestores (governos), gestores educacionais, professores, estudantes, educadores não-docentes, pais e todos os envolvidos com a educação.

Analisando por este ângulo a avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam intrínsecas. É obvio que a avaliação da aprendizagem serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor, de toda equipe pedagógica e da comunidade escolar, mas não pode ser o único referencial e sim um dos instrumentos.

Pois, a análise das condições institucionais da escola pode ajudar, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por sua vez, é um importante referencial para a avaliação institucional, mas deve ser feita democraticamente, pois é preciso compreender a avaliação de maneira completa e complexa, num contexto de busca contínua da qualidade e aperfeiçoamento da instituição de ensino.

Dias Sobrinho (1995, p.53) afirma que:

A avaliação institucional ultrapassa amplamente as questões das aprendizagens individuais e busca a compreensão das relações e estruturas. (...) é importante destacar que essas relações ou processos e as estruturas que engendram são públicos e sociais. É exatamente este caráter público e social de qualquer instituição escolar, independente de sua forma jurídica, que impõe com maior força e mais urgência a necessidade da avaliação institucional.

Quando a escola se organiza através do Projeto Político Pedagógico para elaborar o processo de avaliação institucional, a partir do planejamento participativo, ela interliga de forma substantiva gestão e avaliação, ou seja, como importante ferramenta no processo de gestão democrática desta instituição.

Claro que na educação temos sempre como ponto inicial o aluno, mas a avaliação institucional não termina nas questões que podem ser observados

diretamente nos alunos, é preciso considerar também aqueles aspectos que são mediadores do processo pedagógico.

As informações resultantes de todos esses métodos de avaliação da aprendizagem são muito importantes para a gestão escolar, como também o resultado da avaliação institucional, pois como vimos à avaliação procura dar um suporte, um instrumento, um meio de como e para que os problemas sejam resolvidos, sejam eles os que ocorrem em uma sala de aula, ou na escola, ou no sistema de ensino.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa Gestão Escolar Democrática, a Avaliação Institucional, inserida no Projeto Político Pedagógico, deve ter uma ação estratégica de acompanhamento, controle e tomada de decisões num processo contínuo e sistemático, global e participativo, durante todas as etapas, com o envolvimento de todos os segmentos da instituição educacional.

Avaliação Institucional realizada na escola tem potencial de se constituir em elemento alternativo e constitutivo da gestão democrática.

Ao elaborar esta pesquisa bibliográfica foi possível chegar à conclusão de que é necessário um envolvimento de todos na elaboração dos instrumentos de planejamento utilizados na escola, onde o cidadão participa como pai, funcionário, aluno ou como membro da sociedade envolvido com a educação.

Visando a viabilização da democracia, obtendo uma escola autônoma para descentralização de recursos e resolução de problemas, pois a comunidade na qual a escola está inserida sabe quais são suas prioridades, suas reais necessidades, buscando ter a escola que desejam, de forma a utilizar de suas forças sociais para o desencadeamento de um processo de valorização da escola, garantir a autonomia das unidades escolares e assegurar sua interação com o meio social e garantindo uma educação de qualidade.

A avaliação da aprendizagem não pode ser separada da avaliação institucional, mesmo diferentes: uma se refere mais especificamente ao rendimento escolar do aluno, a outra diz respeito à instituição. São distintas, mas inseparáveis, estão intrínsecas.

O rendimento do aluno depende muito das condições institucionais e do projeto político-pedagógico da escola. Em ambos os casos a avaliação, numa perspectiva dialógica (ROMÃO, 1998), “destina-se à emancipação das pessoas e não à sua punição, à inclusão e não à exclusão” ou, como diz Cipriano C. Luckesi (1998, p. 180) “à melhoria do ciclo de vida”. Por isso, o ato de avaliar é, por si, “um ato amoroso” (Idem, ibidem).

A avaliação institucional não pode reduzir-se a um processo técnico por que ela deve estar inserida num projeto de educação e de sociedade, um projeto político-pedagógico.

Como sustenta Celso dos Santos Vasconcellos (1998, p. 125), na perspectiva de uma “práxis transformadora” a avaliação deve ser considerada como um “compromisso com a aprendizagem de todos” e “compromisso com a mudança institucional”.

Portanto, a avaliação institucional e escolar coloca em evidência o projeto institucional, os fins da educação e as concepções pedagógicas, ela se constitui num momento privilegiado de discussão do projeto político pedagógico da escola. Discutir um referencial para esse projeto é essencial bem como a participação de todos os envolvidos na educação nesta discussão.

#### 4. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de – **O Projeto Político Pedagógico no Contexto da Gestão Escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/05/2010.

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL. **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania**. Ministério da educação – Secretaria de Educação Básica. Brasília 2004. Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: dez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: dez, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm#art39](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art39)>. Acesso em: dez, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). htm>. Acesso em: dez, 2010.

BUSSMAN, Antônia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola, In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**, 7. ed. Campinas: Papirus, 1998..

BRASÍLIA – Lei nº 9394/96 – Diretrizes e Bases de Educação Nacional – 20 de dezembro de 1996.

BRASÍLIA - MEC – Secretaria de Educação Fundamental – Parâmetros Curriculares Nacionais – 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

CARVALHO, E.F. & PORFIRIO, J.C.M. Avaliação Institucional: A Experiência da Universidade Federal do Acre, Campinas, RAIES – v. 06 – nº 02(20)Jun. 2001, p. 17 a 32.

DIAS SOBRINHO, J. Balzan. N.C. **Avaliação Institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995, p.53.

\_\_\_\_\_.J. Balzan. **Avaliação**: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes *et.al.* **Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: MEC, SEB, 2006. v. 7.

\_\_\_\_\_.Luiz Fernandes *et.al.* –Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. 2006. 92 p.

ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO MENDES. **Projeto Político-Pedagógico**. Montes Claros, 2010.

FALCÃO FILHO, José Leão M. **A Qualidade na Escola. Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio Comprido: v. 5, n.16, p. 313, jul./set.,1997.



GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. **Cadernos Educação Básica** - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

\_\_\_\_\_. Moacir. Avaliação institucional – necessidade e condições para a sua realização (versão preliminar). Teleconferência, 6/3/1999.

\_\_\_\_\_. Moacir. **Gestão Democrática e Qualidade de Ensino**. 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público. Belo Horizonte, julho 1994.

\_\_\_\_\_. Moacir. **O Projeto Político-Pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**, disponível no site: <http://www.scribd.com/doc/36842137/Projeto-Politico-Ped-Gadotti>. Acesso em 13/12/2010.

HADDAD, Sérgio. O direito à educação no Brasil. In: LIMA JR, Jayme Benvenuto et. AL (orgs.). **Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais**: meio ambiente, saúde, moradia adequada e à terra urbana, educação, trabalho, alimentação, água e terra rural. Projeto Relatores Nacionais em DhESC. Recife, 2003. p 201-252.

INEP. **Censo Escolar, 2006**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp> >. Acesso em: dez, 2010.

LEI Nº 3.176, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003. Dispõe sobre o Estatuto, o Plano de Cargos e a Remuneração do Magistério do Município de Montes Claros e dá outras providências.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da escola: teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, H. **A gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo, Cortez, 1998, 7ª edição.

MONTES CLAROS – Secretaria Municipal de Educação – Proposta Político – Pedagógico – Conteúdos Básicos do Ensino Fundamental, 2002

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução n. 4 de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**. MEC/CNE/CEB, Brasília, DF, 14 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **O que é o Plano de Desenvolvimento da Educação**, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&sistemas=1>>. Acesso em: dez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Conferência Nacional de Educação**: documento final. Brasília: MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Conferência Nacional de Educação**: documento Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000. ISSN 0104-1037.

\_\_\_\_\_. **Conferência Mundial de Educação para Todos**. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990.

OLIVEIRA, F.J.; et al. **Conselho Escolar e Autonomia: Participação e Democratização da Gestão Administrativa, Pedagógica e Financeira da educação e da escola**. Disponível em: <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 2010.

\_\_\_\_\_. João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. **Salto para o futuro**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2005.

SAUL, A.M. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**, São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1988.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. 2005. In. \_\_\_\_\_. **Planejamento e trabalho coletivo**. Brasília; Curitiba: MEC/SEB/UFPR, 2005. P. 15-22. Caderno 1 da Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública.

SOUZA, S.Z. Avaliação Escolar e Democratização: o direito de errar. In: AQUINO, J. G. (coord.) **Erro e Fracasso na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. p.125-140.

\_\_\_\_\_. **Avaliação Institucional: Elementos para Discussão**<sup>1</sup>, Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 29/05/2010.

ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo, IPF/Cortez, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança**. São Paulo, Libertad, 1998.

## **ANEXOS**

**UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO**  
**ESCOLAR**  
**PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**CRISTIANE FREITAS VELOSO**  
**GERALDA RIBEIRO VELOSO**  
**JOILMA OLIVEIRA NASCIMENTO**  
**MÔNICA VIEIRA RAMOS FIGUEIREDO**  
**RAQUEL RODRIGUES SILVA CAMISASCA**

**BELO HORIZONTE**

**2010**

**CRISTIANE FREITAS VELOSO**

**GERALDA RIBEIRO VELOSO**

**JOILMA OLIVEIRA NASCIMENTO**

**MÔNICA VIEIRA RAMOS FIGUEIREDO**

**RAQUEL RODRIGUES SILVA CAMISASCA**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Projeto Político Pedagógico apresentado  
ao Curso de Especialização (Latu Sensu)  
em Gestão Escolar da Faculdade de  
Educação/UFMG, Sala Ambiente Projeto  
Vivencial sob orientação da Professora  
Assistente Marielle Morais de Oliveira.**

**BELO HORIZONTE**

**2010**

**“Planejar é definir o necessário. E realizá-lo sem que o imediato o sufoque”. (Gandin)**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>2. FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>06</b>
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>06</b>
<b>3.1. Administrativa.....</b>	<b>06</b>
<b>3.2. Pedagógica.....</b>	<b>10</b>
<b>4. CURRÍCULO.....</b>	<b>14</b>
<b>5. TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR .....</b>	<b>17</b>
<b>6. PROCESSO DE DECISÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>7. RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>18</b>
<b>8. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>26</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Sebastião Mendes está localizada no município de Montes Claros, à Av. Paulista, nº 1.135, Alto Boa Vista, telefone (38) 32293411 e atende 621 crianças dos bairros Vila Sion I e II, Santo Antônio I e II, Vila Telma, Santo Inácio, Conjunto José Carlos de Lima, Alto da Boa Vista e alguns alunos da zona rural. A escola oferece o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, nos turnos matutinos e vespertinos.

A escola funciona legalmente através da Lei 2594 de 15/06/1998 e da Portaria nº 987/2000. A Unidade de Ensino é mantida pela prefeitura municipal de Montes Claros através da Secretaria Municipal de Educação e recebeu este nome em homenagem a “Sebastião Mendes”.

### O Homenageado Sebastião Mendes

Sebastião Mendes nasceu em 16/08/1904. Oriundo de família humilde era um apreciador da música e contribuiu com a história cultural de nossa cidade.

Ele era filho de Sapateiro, artesão e barbeiro, “Ducho” – como era conhecido. Chegou a administrar duas barbearias. De um detalhe nasceu seu grande ponto comercial: os clientes sempre procuravam o local para ler jornais e revistas. Há mais de 60 anos montou a Distribuidora de livros e revista Thaís, quando a família começou a crescer.

No lado artístico, Ducho nunca escondeu sua paixão pelo bandolim. Esta paixão cresceu e ele acabou criando o Grupo de Serestas João Chaves. Contador de causos, Sebastião Mendes era um homem de muita fé. Sebastião Mendes faz parte da história de Montes Claros.

A referida escola foi construída e inaugurada em 1997, sob a gestão do senhor Prefeito Municipal Dr. Jairo Ataíde Vieira, tendo como Secretária Municipal de Educação a professora Silvana Fonseca Corrêa. Em 1998 a mesma foi criada oficialmente pela Lei Municipal nº 2594 de 15/06/1998, tendo o seu funcionamento autorizado pela portaria nº 987/2000.

O prédio onde a escola está situada funciona com 12 salas de aula mais 01 sala de aula adaptada na antiga brinquedoteca, diretoria, secretaria, laboratório de informática, cozinha, depósito de alimentos, refeitório, dependências sanitárias, quadra coberta, pátio e consultório odontológico.

Em 1998 a escola implantou o regime de progressão continuada organizada em ciclos e neste mesmo ano foi autorizado o funcionamento do curso de suplência, 1º ao 4º período. Essas turmas de suplência foram extintas no ano de 2003 devido à infrequência dos alunos.

#### Identificação da Escola

ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO MENDES	
AV. PAULISTA, Nº 1.135, BAIRRO ALTO DA BOA VISTA- TELEFONE: (38) 3229-3411	
E-MAIL DA ESCOLA: <a href="mailto:emsmsebastiaoendes@yahoo.com.br">emsmsebastiaoendes@yahoo.com.br</a>	
CRIAÇÃO: LEI MUNICIPAL Nº 2.594 DE 15/06/1998	
AUTORIZAÇÃO: PORTARIA Nº 987/2000 1ª A 4ª SÉRIES (MG- 987/2000)	
LOCALIZAÇÃO: (X) URBANA ( ) RURAL	
CNPJ/ CAIXA ESCOLAR: 03.136.484/001-99	
22ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO	PÓLO: NORTE
NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO:  ENSINO FUNDAMENTAL:  • ANOS INICIAIS DE ALFABETIZAÇÃO: 1º ao 3º ANOS FINAIS DE ALFABETIZAÇÃO: 4º ao 5º ano	

## **2. FINALIDADES DA ESCOLA**

O trabalho coletivo é o grande desafio para formação de uma sociedade justa e igualitária. Neste sentido a Escola Municipal Sebastião Mendes tem buscado ampliar a sua estrutura e funcionamento como um todo, sem cercear seus membros, sua autonomia.

A escola deve priorizar sempre um ensino de qualidade, gratuito e laico, para que possa:

- Promover o bem de todos sem qualquer forma de discriminação;
- Valorizar a pessoa humana na sua dignidade;
- Adaptar o seu currículo às suas reais necessidades;
- Buscar a justiça, a responsabilidade, a solidariedade e a inclusão;
- Proporcionar ao aluno condições de ser, fazer, viver e conviver de forma eficaz no seu cotidiano visando sempre novos horizontes, e modificar a vida destes alunos, da sua família e da sociedade na qual esta inserida.

## **3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **3.1 Administrativa**

A autonomia da escola e a participação se fortificam, ou mesmo se consolidam, no momento da construção do PPP, esse concebido como “a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo”. (Veiga. 1995. p.11)

Elaborado coletivamente por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, transpõe os “muros invisíveis” da escola e elimina as distâncias entre o espaço-tempo escolar e o espaço-tempo social, político e cultural, para transformá-los em um único espaço-tempo de viver.

Assim, é fundamental que o norteamiento do trabalho administrativo na escola baseie-se na democratização de idéias, conceitos e assegure a plena realização de sua função social, atentando principalmente para o que diz a LDB 9394/96 no seu Art. 12:

- Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração na sociedade com a escola;
- Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Portanto, fazer valer a lei, de forma dinâmica, democrática e construtiva é função de todos os segmentos da escola, coordenados pelos agentes administrativos, visando os princípios e fins da educação nacional.

#### Levantamento de Turmas/Alunos

ENSINO FUNDAMENTAL				
ANOS INICIAIS DE ALFABETIZAÇÃO			ANOS FINAIS DE ALFABETIZAÇÃO	
1º	2º	3º	4º	5º
05	05	06	06	04
113	123	137	150	98

#### Aspectos Financeiros

A elaboração, a execução e a manutenção do PPP envolvem, em suas discussões e propostas de ação, aspectos fundamentais relacionados com a administração da escola. Entre eles, destaca-se a gestão de recursos financeiros, o que levanta questões da autonomia e participação.

Em 1995, o Ministério da Educação e do Desporto- MEC, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, deu início ao Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino- PNDE, que promove o repasse de

recursos financeiros da União diretamente às escolas públicas de Ensino Fundamental.

Com isso, surgem possibilidades para a efetivação de políticas e práticas educacionais que reforçam a caracterização da escola como centro do processo de ensino e, como tal, gestora de suas disponibilidades.

A LDB 9.394/96 determina, em seu Art. 12, que são incumbências das escolas “elaborar e executar sua proposta pedagógica” bem como “administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros”.

Assim, para colocar em prática a lei, é necessário que a escola esteja sintonizada com todos os seus segmentos, através da gestão democrática e participativa, além de autonomia e responsabilidade.

Receber o “dinheiro na escola” é fator preponderante para o avanço do ensino-aprendizagem, porém, é necessário se ater às finalidades de tais recursos:

- Manutenção, conservação e pequenos reparos na unidade escolar;
- Aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- Capacitação e aperfeiçoamento de profissionais de educação;
- Aquisição de material didático e pedagógico;
- Aquisição de material permanente;
- Avaliação de aprendizagem;
- Implementação do PPP;
- Desenvolvimento de atividades educativas diversas.

O caixa escolar da Escola Municipal Sebastião Mendes, formado por segmentos de toda a comunidade escolar deverá fazer, a cada ano em que o recurso chega à escola, o Plano de Aplicação de Recursos, que deverá estar de acordo com este documento.

O valor do recurso anual é estipulado de acordo com o número de alunos da escola.

Receita	Despesas
PDDE: R\$ 5.000,00	<p data-bbox="678 405 1423 479">Material didático-pedagógico, limpeza, pequenos reparos e manutenção.</p> <p data-bbox="678 517 1423 591">Distribuído de acordo com a necessidade da escola e aprovação do Colegiado.</p>

### Aspectos Humanos

A Escola Municipal Sebastião Mendes, em conformidade com a LDBEN 9394/96 obedece aos seguintes princípios:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Valorização do profissional da educação escolar;
- Garantia do padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público;
- Valorização da experiência extra-escolar;
- Vinculação da educação escolar com as práticas sociais.

Atendendo a uma clientela oriunda de classe social predominantemente baixa, dos bairros: Alto da Boa Vista, Vila Sion I e II, Santo Antônio I e II, Vila Telma, Santo Inácio, Conjunto José Carlos de Lima, entre outros, é fundamental que o aspecto humano seja colocado em evidencia neste documento, onde direitos e deveres, tanto dos funcionários, quanto dos pais e alunos sejam cotidianamente discutidos, analisados, avaliados e colocados em prática.

Setores	Números de Funcionários	Habilitação				Obs.
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós – Graduação	
Serviços Gerais	14	12	02			
Auxiliar de Secretaria	02		01	01		
Pedagogo	03			01	02	
Bibliotecário	03		01		02	
Professores	46			28	18	
Secretário	01			01		Em curso
Direção	02				02	

### 3.2 Pedagógica

O trabalho pedagógico da escola está estreitamente ligado à sua identidade, à missão ou filosofia social a qual defende, à clientela, aos resultados e, portanto, ao PPP em sua essência.

Embora guarde relação com o eixo administrativo e financeiro e, normalmente até dependa deles para concretizar-se, diz respeito a ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino e ao atendimento das necessidades básicas de aprendizagem em seus diferentes e crescentes níveis.

Assim, definir conteúdos curriculares, estabelecer novas disciplinas, introduzir métodos novos, programas especiais, medidas para reduzir evasão e repetência, produzir ou usar material didático diferenciado, adotar critérios de organização da vida escolar, como calendário, horário, etc., acompanhar a qualidade do trabalho docente, que tem relação direta com o trabalho pedagógico

são da escola algumas das ações que devem nortear o trabalho pedagógico da escola, garantindo a aprendizagem dos alunos.

A LDB 9394/96 em seu artigo 22 define que: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

As normas de funcionamento implícitos e explícitos, que regem a atuação dos funcionários na escola são determinantes na qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos.

O processo de atribuição de sentido aos conteúdos escolares é, portanto, individual; porém, é também cultural na medida em que os significados construídos remetem a formas e saberes socialmente estruturados.

A abordagem construtivista integra, num único esquema explicativo, questões relativas ao desenvolvimento individual e cultural, à construção de conhecimentos e à interação social. Cabe ao educador, por meio da intervenção pedagógica promover a realização de aprendizagens com o maior grau de significado possível uma vez que esta nunca é absoluta. Sempre é possível estabelecer alguma relação entre o que se pretende conhecer e as possibilidades de observação, reflexão e informação que o sujeito já possui.

Os conteúdos são abordados em três grandes categorias: conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios; conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.

A concepção de avaliação dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional que focaliza o controle externo do aluno, mediante notas ou conceitos para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional.

A avaliação acontecerá de maneira contínua e sistemática, por meio de interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno, possibilitando conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem. Portanto, a avaliação da aprendizagem só pode ser relacionada com as oportunidades oferecidas analisando as adequações das situações didáticas



propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

Em suma, a avaliação contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais é compreendida como elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino, conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma.

É o conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido atuando como instrumento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa. Possibilita também ao aluno o reconhecimento de seus avanços, dificuldades e possibilidades, ação que ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem.

#### Planejamentos

Os planejamentos pedagógicos acontecerão com o objetivo de orientar professores sobre as estratégias (pesquisas, trabalho em grupo e/ou individuais, jogos, dramatizações, leituras diversas, vídeos, músicas, passeios, produções, etc.), as estratégias a serem utilizadas quando da identificação das dificuldades de aprendizagem dos alunos, a partir dos diagnósticos e acompanhamento dos resultados, que deverão ser monitorados através de fichas específicas.

Cronograma de Planejamentos	
1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano, 5º ano.	Utilizar horário de Educação Física

OBS: Utilizar também os Encontros de Capacitação Continuada, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e reuniões pedagógicas e administrativas previstas no calendário escolar, para discutir/planejar assuntos pedagógicos da escola.

Busca-se a qualidade do ensino, a capacitação de professores, a integração da comunidade, com o intuito de atender às necessidades e especificidades dos nossos educandos.

Foi solicitada da Secretaria Municipal de Educação a elaboração e viabilização do Plano de Curso Anual, onde professores e supervisores definirão conteúdos, objetivos, atividades, procedimentos e o tempo previsto para o desenvolvimento do trabalho. Essa atitude demonstra autonomia pedagógica para a escola, uma vez que possibilitará a mesma previsão do que será abordado ao longo do ano.

A escola possui um trabalho voltado para o educando: assistência individual junto aos que possuem maiores dificuldades de aprendizagem, aconselhamento e orientação às famílias daqueles que demonstram um comportamento não satisfatório diante das regras e normas estabelecidas.

Além disso, contamos com vários projetos de temas que as famílias acharam interessantes e motivadores para desenvolverem os conteúdos abordados no plano de curso.

Os projetos não se restringem apenas às salas de aula, mas integram toda a escola, como também a comunidade como: palestras relacionadas à auto-estima, sexualidade, saúde bucal, excursões, visitas, entrevistas, campeonatos, gincanas, auditórios, feiras culturais, sarau de poemas, meio-ambiente concurso de leitura, entre outros.

#### Conselho de classe

O conselho de classe é um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo ensino-aprendizagem do aluno, subsidiando, dessa forma, a recuperação do mesmo, bem como a construção do PPP da escola.

Quanto ao conselho de classe, existe uma ficha bimestral própria da escola, abordando aspectos gerais em torno do ensino-aprendizagem, envolvendo: frequência, avanços e dificuldades do aluno, apresentado por cada professor. Essas fichas são analisadas anteriormente pelo supervisor que junto ao corpo docente irão apresentar e apontar soluções para a viabilização de um trabalho mais eficaz com o aluno.

Após o conselho de classe, são preenchidos os formulários do nível de desempenho dos alunos, e discutido com professores estratégias para melhorar o

rendimento escolar dos mesmos. Posteriormente os resultados são apresentados para os pais dos alunos.

#### 4. CURRÍCULO

A LDB estabeleceu para o território nacional em seu artigo 32, inc. I e IV, o que se pretende como tarefa da escola; no ensino fundamental:

O desenvolvimento da capacidade de aprender a partir do domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores, sobre os quais se baseia a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos/habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social

Atender as crianças que já detém um saber aprendido na convivência com os mais velhos e com seus iguais, saber esse que não é substituído pelo novo saber, mas deve ser continuamente a ele incorporado.

No artigo 26 da LDB são indicados os elementos que devem constituir o currículo do ensino fundamental e médio, para a construção desse saber: *“uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar; por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”*.

O parecer CEB nº 04/98, publicado em 30/03/98 que fundamenta as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, explicita alguns conceitos básicos que precisam ser considerados nesta construção:

- Currículo;
- Base Nacional Comum;
- Parte Diversificada;
- Conteúdos Mínimos das áreas de conhecimento.

Segundo Moreira e Silva (Currículo, Cultura e Sociedade – São Paulo: Cortez, 1994) “O currículo deixou de ser apenas uma área técnica, orientada por discussões de caráter sociológico, político e epistemológico”. A grande questão orientadora da elaboração curricular passou a ser muito mais o porquê das formas

de organização assumidas pelo conhecimento escolar do que o como elaborar o currículo, ou seja, menos a indicação das disciplinas, métodos e técnicas de trabalho e mais preocupação com o sentido do próprio conteúdo escolar.

A concepção restrita de currículo, próxima do conceito clássico de programa ou, pior ainda, de uma simples grade curricular foi substituída por uma mais ampla, que considera o contexto escolar e os fatores que nele incidem.

O currículo desse modo abrange tudo o que ocorre na escola, às atividades programadas e desenvolvidas sob a sua responsabilidade e que envolvem a aprendizagem dos alunos na própria escola ou fora dela.

A sua concretização no espaço dinâmico que é o da escola, vai produzir simultaneamente diferentes expressões do currículo. Vale registrar que ao lado do currículo formal, expresso nos planos e nas propostas pedagógicas, há um currículo em ação, considerado o currículo real - aquilo que de fato acontece na escola -, e o currículo oculto - é aquilo que não está explicitado, mas que permeia/perpassa o tempo todas as atividades escolares.

Explicitando:

#### Currículo Formal

É entendido como o conjunto de prescrições oriundas das diretrizes curriculares produzidas nacionalmente no sistema público e/ou ainda na escola indicados nos documentos oficiais, nas propostas pedagógicas e nos regimentos escolares. O currículo formal toma da cultura aquilo que considera que deve ser transmitido às novas gerações, fazendo os recortes, as codificações e as formalizações didáticas correspondentes.

#### Currículo Real

É a transposição pragmática do currículo formal, é a interpretação que os professores e alunos constroem conjuntamente no exercício cotidiano do enfrentamento das dificuldades, sejam conceituais, materiais, de relação professor/aluno e aluno/aluno; são as sínteses construídas por eles a partir dos elementos do currículo formal e das experiências pessoais de cada um.

Segundo PERRENOUD:

*o currículo formal fornece uma trama, a partir da qual os professores devem elaborar um tecido de noções, esquemas, informações, métodos, códigos, regras que vão tentar transmitir. Para passar da trama ao tecido, o professor realiza um trabalho permanente de reinvenção, de explicitação, de ilustração, de concretização do currículo formal.*

*(PERRENOUD, 1995, P.75)*

### Currículo Oculto

É aquele que escapa das prescrições, sejam elas originárias do currículo formal ou do real. São aquelas aprendizagens que fogem ao controle da própria escola e do professor, mas que tem uma força formadora muito intensa. São as relações de poder entre grupos que produzem aceitação ou rejeição de certos comportamentos, em prejuízo de outros. Por exemplo, os comportamentos de discriminação dissimulada das diferenças, ou ainda, até mesmo, a classificação de certos alunos com bons e outros com maus, de antemão.

Essas três expressões do currículo vão constituir o conjunto das aprendizagens realizadas pelos alunos e o reconhecimento de áreas problemáticas da prática pedagógica nas escolas.

Ensinar é educar o aluno, assegurando conhecimentos, habilidades e competências necessárias para o seu pleno desenvolvimento intelectual, afetivo e social, úteis para a sua vida em sociedade. Cultivando no dia-a-dia os valores educacionais, respeito ao outro, tolerância, contribuindo assim para a sua formação ética, solidária e cidadã.

A Escola Municipal Sebastião Mendes, busca a formação integral do educando participativo e questionador. Prioriza o respeito mútuo entre todos os níveis funcionais, visando o crescimento pessoal baseando-se na justiça, verdade, solidariedade, amor e responsabilidade que devem ser partilhado com o educando em todos os anos de escolaridade.

Objetiva-se, pois no desenvolvimento integral do aluno, oferecendo condições para a sua realização como pessoa humana, como forma de crescimento e transmissão de experiência.

## 5. TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

A Escola Municipal Sebastião Mendes conta com os seguintes espaços: 12 salas de aula, 01 brinquedoteca, 01 sala de diretoria, 01 sala de secretaria, 01 laboratório de informática, 01 cozinha, 01 depósito de alimentos, 01 refeitório, 02 banheiros para alunos e 01 banheiro para funcionários, 01 quadra coberta, 01 consultório dentário e 01 pátio para recreação.

A escola organiza-se em anos de escolaridade sendo do 1º ao 5º ano de escolaridade.

O processo de enturmação na escola tem como base a idade, o nível de maturação e de desenvolvimento cognitivo, levando em conta as seguintes considerações:

### 1º Ano de Escolaridade

Alunos que ingressaram no Ensino Fundamental aos 06 anos, completos até 30 de junho do ano em curso e aqueles que fizeram 07 anos no corrente ano após esta data.

### 2º Ano de Escolaridade/ 07 Anos

Alunos provenientes do 1º Ano de Escolaridade.

### 3º Ano de Escolaridade/ 08 Anos

Alunos oriundos do 2º Ano de Escolaridade dando continuidade ao trabalho em desenvolvimento e finalizando os objetivos para o Ciclo Inicial de Alfabetização e/ou alunos retidos ao final do 1º ciclo.

### 4º Ano de Escolaridade/ 09 Anos

Alunos que concluíram o Ciclo Inicial de Alfabetização, oriundos do 3º Ano de Escolaridade.

### 5º Ano de Escolaridade/ 10 Anos

Alunos que alcançaram os objetivos e capacidades trabalhados no 4º Ano de Escolaridade e/ou alunos retidos no 6º ano.

O Ensino Fundamental terá duração mínima de nove anos, obrigatório, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, mediante incisos I, II, III, e parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do inciso IV da LDB 9.394/96.

Segundo a LDB 9.94/96, necessário se faz concomitante às aulas, a recuperação paralela, uma vez que possibilitará ao professor fazer uma avaliação dentro da filosofia: ação – reflexão – ação, como prática de se auto-avaliar e avaliar todo o processo educativo que comungou o ideal: a qualidade do ensino-aprendizagem.

## **6. PROCESSOS DE DECISÃO**

A Escola Municipal Sebastião Mendes atua em conjunto com o colegiado escolar na resolução dos problemas, buscando apontar soluções para os mesmos.

Todas as decisões tomadas pelo colegiado estão de acordo com o regimento escolar.

## **7. RELAÇÕES DE TRABALHO**

A Escola Municipal Sebastião Mendes procura desenvolver uma gestão democrática, através de um colegiado atuante, corpo docente e discente envolvido em todos os aspectos que envolvam a aprendizagem dos alunos e a busca constante da autonomia da escola.

As famílias dos alunos são oriundas de classe social predominantemente baixa, o que não impede de acompanhar os filhos nas atividades realizadas na escola. Os alunos são interessados e se relacionam bem com todos os envolvidos no processo educativo, salvo algumas exceções de indisciplina e evasão escolar.

O grupo de professores e funcionários da escola é atuante e comprometido com uma educação de qualidade. Estão sempre em busca de novos conhecimentos e informações, uma vez que reconhecem o papel que desempenham para transformar a sociedade, tornando-a mais justa e igualitária.

## 8. AVALIAÇÃO

A avaliação consiste em diagnosticar a situação real da aprendizagem do aluno em relação a indicadores de desempenho definidos pela escola em sua organização curricular.

Ela tem função diagnóstica que busca investigar os conhecimentos, competências e habilidades que o aluno trás; é formadora no sentido de acompanhar a aprendizagem identificando o sucesso e as dificuldades desse processo de desenvolvimento, inclusive para reorientá-lo.

Tem caráter de continuidade, visando as ações educativas subseqüentes, ela deve incorporar além da dimensão cognitiva, outras dimensões (cultural, social, biológica e afetiva), que fazem parte do processo de formação integral do educando.

A avaliação não pode considerar apenas o produto, mas o próprio processo de aprendizagem e os aspectos atitudinais demonstrados pelo aluno. Os aspectos qualitativos da aprendizagem deverão prevalecer sobre os quantitativos, bem como os resultados obtidos ao longo do período escolar.

Na avaliação contínua e cumulativa do aluno serão utilizados instrumentos diversos para verificação do desenvolvimento escolar (atividades individuais, coletivas, em grupo, testes, projeto, etc.)

A forma de divulgação dos resultados será através do boletim trimestral, onde será registrado o nível de desempenho do aluno:

N3 – Alcançou satisfatoriamente os objetivos propostos.

N2 – Alcançou parcialmente os objetivos propostos

N1 – Precisa melhorar os objetivos propostos

Recuperação

Segundo a LDB, artigo 12, inciso V, a escola deverá prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento, no artigo 13, inciso IV, docente deverá estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento.

Conforme PERRENOUD (2000. p.75) “Educar é, antes de tudo, mobilizar o aluno para que se torne um aprendiz. A pedagogia diferenciada aumenta tal exigência, pois leva a um confronto maior com a singularidade dos alunos”.



Partindo desse pressuposto, e na certeza de que um trabalho diferenciado com um grupo menor de alunos tornará a aprendizagem eficaz, faz-se necessário repensar uma maneira de recuperar o aluno, tendo ele, segurança, confiança e equilíbrio. Essa relação é constituída entre professor/aluno, ao longo do trabalho pedagógico.

Sendo o professor um dos principais responsáveis pela aprendizagem dos seus alunos, é interessante possibilitá-lo mais uma forma de recuperar seus alunos além da recuperação paralela, em um ambiente extraclasse, com menor número de alunos e em seu horário de trabalho.

Para isso, cada professora, terá 50 minutos para trabalhar com seus alunos atividades diversificadas que atendam e instigam o aluno a ter um desempenho satisfatório. Ninguém melhor que o próprio professor, sabe sobre o ritmo, desempenho e especificidades de cada aluno.

De acordo com o artigo 13 da LDB, os docentes incumbir-se ao de:

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para alunos com menor rendimento;
- Ministras os dias letivos e horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidades.

Plano de Metas

Aspectos Pedagógicos

Metas	Objetivos	Ação	Pessoal Envolvido	Período de Realização
Encontros de formação de professores	Incentivar a participação dos educadores em seminários, encontros, palestras, reuniões de estudo, oficinas e concursos promovidos pela S.M.E.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização dos encontros pedagógicos com temas de necessidade e interesse.</li> <li>- Grupo de estudo para troca de experiências, reflexões e debates quanto ao processo de alfabetização, observação e relatos de experiências quanto ao desenvolvimento na leitura/escrita do educando.</li> </ul>	Diretor, supervisor, professores, supervisores da S.M.E.	Decorrer do ano letivo.
Garantir 100% de alfabetização dos alunos.	Alfabetizar os alunos das turmas do 1º, 2º e 3º ano.	Envolvimento de todos os funcionários da escola, aulas de reforço no contra turno, aquisição de material didático e pedagógico e acompanhamento sistemático das turmas de alfabetização.	Comunidade escolar.	Decorrer do ano letivo.
Integração da família na escola	Promover a articulação e integração Escola e Comunidade, tendo em vista a realização de uma proposta de trabalho coletiva e participativa.	Organização de dias da família na escola, com palestras, cursos, parcerias com a comunidade.	Diretor, supervisor, professores, apoio pedagógico, comunidade.	Decorrer do ano letivo (pelo menos duas vezes ao ano, além das reuniões trimestrais).

Garantia de frequência diária dos alunos	Assegurar a frequência diária dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dinamização das aulas.</li> <li>- Conscientização dos pais e alunos.</li> <li>- Palestras para os pais com o Conselho Tutelar.</li> </ul>	<p>Comunidade escolar.</p> <p>Programa de combate à evasão.</p> <p>Polícia Militar.</p> <p>Conselho Tutelar.</p>	Decorrer do ano letivo.
Realização de avaliações diárias da aprendizagem	Adotar um sistema de avaliação formativa.	Instrumentalizar os professores, quanto à concepção de avaliação.	Supervisor, professores, alunos e toda a comunidade escolar.	Decorrer do ano letivo.
Organização coletiva dos auditórios sobre temas trabalhados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar os auditórios.</li> <li>- Resgatar e preservar a cultura popular, promovendo eventos.</li> </ul>	Fazer cronograma das atividades a serem realizadas.	Diretor, supervisor, professores e alunos.	Decorrer do ano letivo.
Parcerias	Viabilizar parcerias entre a escola, instituições de Ensino Superior, empresas, entidades beneficentes, comunidade.	<p>Projetos de esporte e lazer.</p> <p>Atendimento diverso à comunidade (social).</p> <p>Organização, construção e doação de materiais didáticos.</p>	<p>Estratégias das universidades da cidade.</p> <p>Comunidade escolar;</p> <p>Empresários.</p>	Decorrer do ano letivo

Além da Avaliação da Aprendizagem, o nosso grande desejo é que na Escola Municipal Sebastião Mendes seja elaborado um instrumento de Avaliação Institucional firmada no Projeto Político Pedagógico onde todos os seguimentos envolvidos na educação: gestores, professores, demais funcionários, sejam avaliados, pois na escola em questão os funcionários efetivos somente são avaliados para fins de estágio probatório ao ingressar no sistema municipal verificável no Cap.1 no art. 21 da LEI Nº 3.176, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003

ou para aquisição de Progressão (Cada progressão corresponderá a 3% (três por cento), calculados sobre o menor vencimento básico do quadro) no capítulo IV no art. 91 parágrafo único.

A avaliação dos funcionários contratados é feita através de uma avaliação de desempenho ao término do contrato para fins de averiguações de competência técnica, prática e teórica, mas somente ao finalizar o ano, o que sobre o prisma de uma gestão democrática não pode proceder, pois: "Se a avaliação aspira ser parte da mudança, ela não deve converter-se apenas em instrumento metodológico e processo institucional ao final de uma etapa para atender exigências externas." (CARVALHO & PORFIRO, 2001, p.19).

Em uma avaliação institucional é possível analisar como os diversos segmentos da comunidade escolar estão trabalhando, observar as várias questões como de funcionamento, estrutura, organização, e acima de tudo, a construção do conhecimento dos educandos. A avaliação que a comunidade faz da escola, a auto-avaliação dos próprios funcionários, é um instrumento democrático, onde todos os envolvidos com a educação têm a oportunidade de rever atitudes, tomadas de decisões, aprimorando os pontos fortes, buscando soluções para os pontos fracos, resgatando valores e revendo conceitos, de toda equipe escolar.

A maior finalidade da avaliação institucional é obter um ensino que cada vez mais traduza, com clareza, seus compromissos com a sociedade brasileira e que não só os discentes sejam avaliados, mas principalmente toda comunidade escolar. Como afirma o autor Falcão:

Entende-se por Avaliação Institucional, aquela em que o processo de avaliação é inserida em escolas públicas e privadas para avaliar, estas instituições com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino. A educação brasileira não dispunha de uma metodologia que nos permitisse avaliar, de forma sistemática, a qualidade das ações dos educadores e da escola. (FALCÃO, 1997, p.313)

Diante desse exposto, ciente que uma escola verdadeiramente democrática deva analisar todos os seus seguimentos, para de forma sistemática solucionar os

entraves que vão surgindo ao longo percurso, viabilizando sempre uma educação de qualidade, acreditamos ser de suma importância a implementação desse instrumento da democracia, que viabiliza a comunidade escolar, outro direito fundamental o do exercício da cidadania.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção de uma gestão democrática exige o reconhecimento de que é por meio da prática pedagógica cotidiana das escolas que se expressa a política educacional do município, política que deve ser resultante da participação da comunidade escolar nas discussões que subsidiam a sua construção/criação.

A proposta pedagógica da escola reflete a proposta educacional do município, e essa se informa e se reestrutura a partir do desenvolvimento das diversas propostas pedagógicas das escolas municipais/estaduais (escolas públicas).

A escola e a comunidade na qual se insere, a administração municipal formam um movimento de mão dupla; e cabe à Secretaria Municipal de Educação definir estratégias que respeitem e incentivem a diversidade de cada escola, e ao mesmo tempo consolidem a unidade do sistema educativo.

E o que significa esta consolidação: Autonomia e participação – princípios intrínsecos da gestão democrática implicam descentralização, partilha e equilíbrio de poder e de responsabilidade, concepção conjunta de objetivos e de processos para alcançá-los, convergência de atitudes e de desempenhos em um todo formador de uma cultura organizacional própria.

Para alcançarmos esse todo, internamente articulados, com unidade, objetivos e viabilidade dentro de uma nova configuração é que precisamos saber articular unidade e diversidade e esta articulação irá possibilitar a existência de um sistema comum e de uma direção coordenadora das partes tão distintas e plurais que cada escola representa.

Necessário se faz, além desta construção coletiva de um Projeto Pedagógico, fortalecer as equipes técnicas, gestoras, para dar acompanhamento, apoio e

assessoria às escolas e avaliar continuamente a rede pública de ensino, lembrando que o conjunto dos professores colaborará enormemente nesta construção, traçando parâmetros orientadores, onde princípios básicos sejam a autonomia e a interdependência: diversidade e flexibilidade de formas de gestão escolar.

Este documento se baseia na Lei Federal nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos CBCs – Conteúdos Básicos Curriculares do Estado de Minas Gerais e nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, tendo por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A atual conjuntura mundial e brasileira revela a necessidade de construção de tal educação básica voltada para a cidadania. Assim, faz-se necessário não só a oferta de vagas, mas também, a garantia do ensino de qualidade, ministrado por professores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento e de estar atentos às dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar.

A partir do reconhecimento das diferenças, fruto do processo de socialização e da valorização individual dos alunos, a potencialização das capacidades de ordem cognitiva, afetiva, física, ética, estética e as de relação interpessoal e de inserção social serão concretizados através do ajuste da sua maneira de selecionar e tratar conteúdos, de modo a trabalhar o desenvolvimento do ser de forma integral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA - **Lei nº 9394/96- Diretriz e Bases da Educação Nacional** - 20 de dezembro de 1996.

BRASÍLIA- MEC- Secretaria de Educação Fundamental - **Parâmetros Curriculares Nacionais** – 1997.

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola: elaboração, acompanhamento e avaliação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FALCÃO FILHO, José Leão M. **A Qualidade na Escola. Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio Comprido: v. 5, n.16, jul./set., 1997.p.313.

GADOTTI, Moacir. **O Projeto Político Pedagógico da Escola na Perspectiva de uma Educação para a cidadania** - Revista da Educação Ciência e Cultura. 1996.p. 33-41.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HERNÁNDES, Fernando. **A organização do currículo por Projetos de Trabalho.** 5ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LUCK, Heloísa. **A Escola Participativa – O trabalho do gestor escolar** – Rio de Janeiro- PP & A – 2000.

MONTES CLAROS – Secretaria Municipal de Educação- **Proposta Político-Pedagógica- Conteúdos Básicos do Ensino Fundamental**, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Espaço do Projeto Político- Pedagógico.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro - **Projeto Político- Pedagógico da Escola, Uma Construção Possível** - São Paulo, 1995 - 11ª Edição - Papyrus.